



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1800/2025
PROCESSO Nº 186903/2025**

O MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ - RS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, CNPJ n.º 88.696.810/0001-75, com sede na Avenida Olavo Moraes - 869, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ABNER DOS SANTOS DILLMANN, Brasileiro(a), Casado, empresário, residente e domiciliado em Camaquã, inscrito no CIC/MF sob n.º 029.769.080-95, torna público que a administração municipal realizará processo de DISPENSA nos termos Art. nº 75, da Lei 14.133/2021, dos Decretos Municipais nº 7800/2005 e demais legislações aplicáveis, com as exigências aqui estabelecidas, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, observadas as datas e horários discriminados, podendo eventuais interessados apresentar Proposta de Preço no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	DIA 10/11/2025 ÀS 09:17:00 HORAS
REFERÊNCIA DE HORÁRIO	HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA O ENVIO DAS PROPOSTAS	Autoatendimento - MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ (atende.net) Selecionando ASSUNTO: SMA – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO SUBASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO (PROPOSTA)

1. DO OBJETO

Constitui objeto da presente dispensa de licitação a contratação para o fornecimento dos produtos, cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo IV) conforme solicitação da(s) secretaria(s):

SECRETARIA MUN. DA EDUCAÇÃO E DESPORTO - SMED

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A proposta de Preços deverá ser protocolada via Protocolo Digital no site da Prefeitura do Município de Camaquã, fazendo referência ao número da DISPENSA e do referido PROCESSO.

2.2. Poderão participar deste processo empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta dispensa de licitação que atenderem às exigências de habilitação.

2.3 É vedada a participação de:

- a)** Empresas declaradas inidôneas por ato de qualquer autoridade competente para tanto;
- b)** Empresas sob processo de falência ou recuperação judicial;
- c)** Empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal; e
- d)** Empresas consorciadas.
- e)** Empresas com Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS que será consultado via portal na internet, no momento da habilitação e no momento da entrega do mesmo.
- f)** Empresas com cadastro de Empresas Inidôneas do Tribunal de Contas da União – TCU que será consultado via portal na internet, no momento da habilitação e no momento da entrega do mesmo.
- g)** Estrangeiras que não funcionem no País;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

h) Que não possuam ramo de atividade pertinente ao objeto desta dispensa de licitação.

2.4. Concomitantemente ao exame da documentação de habilitação do participante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificada se o mesmo atende às condições de participação, especialmente quanto à inexistência de sanção que impeça a participação neste procedimento ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros, referente aos itens f) e g) mencionados acima;

2.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação

3. ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados **EXCLUSIVAMENTE** através de PROTOCOLO DIGITAL, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste regulamento, observando o item 4.

3.2. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências aqui estabelecidas, como condição de participação;

3.2.1. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, tem como condição para participação do procedimento.

4. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

4.1. Para fins de habilitação, a empresa interessada deverá anexar **todos os documentos exigidos no termo de referência em anexo.**

4.2. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste instrumento de Contratação Direta.

4.2.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

4.3. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

5. PROPOSTA DE PREÇO

5.1. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste regulamento.

5.2. A Proposta deverá ser apresentada em língua portuguesa, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datada e assinada pelo representante legal da empresa interessada ou pelo procurador.

5.3. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

5.4. O preço ofertado é fixo e irrevogável e deverá ser apresentado COM PRECISÃO DE DUAS CASAS DECIMAIS;

5.5. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação;

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. O julgamento será feito pelo critério estabelecido no item 11 do termo de referência, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência;

6.2. A análise das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas aqui e anexos, sendo desclassificadas as propostas:

6.2.1. Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste regulamento;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

6.2.2. Que apresentem preço ou vantagem baseados exclusivamente em proposta ofertadas pelos demais interessados;

6.3. As propostas serão classificadas de acordo com menor proposta e caso não haja a manifestação de interesse, será selecionado a menor proposta de acordo com os orçamentos prévios realizados pela Secretaria Solicitante.

6.4. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta dispensa de licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais;
- c) contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

6.5. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão neste regulamento, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 4.1, enviados nos termos do item 3.1, serão examinados pelo agente de contratação, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras.

7.2. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou a empresa interessada não atender às exigências para habilitação, será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda plenamente.

7.3. Constatado o atendimento às exigências aqui estabelecidas neste regulamento, a empresa interessada será declarada vencedora.

8. DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para autorização da contratação direta pela autoridade competente, observado o disposto no inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Após a homologação, a empresa vencedora será convocada para no prazo de 02 (dois) dias, assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Autorização de compra), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.3. Caso a empresa vencedora se recusar a assinar o contrato deixar de aceitar instrumento equivalente, aplicar-se-ão serão convocadas as empresas interessadas remanescentes, segundo a ordem de classificação.

8.4. Poderá ser emitida Nota de Empenho em substituição ao contrato, nos termos do artigo 95, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

8.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

8.5.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

8.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

- 9.2.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- 9.3.** Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data de liberação da Nota Fiscal pelo Setor Competente.
- 9.4.** No caso de entrega fracionada o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a conclusão da entrega total dos itens constantes na Autorização de Compras.
- 9.5.** A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.
- 9.6.** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
- 9.7.** As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do País.
- 9.8.** O CNPJ da Contratada constante da Nota Fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
- 9.9.** No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a contratada deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.
- 9.10.** Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

10. RECEBIMENTO DO OBJETO

- 10.1.** A empresa deverá observar o prazo e o(s) local(is) de entrega, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, que serão contados do recebimento Autorização de Compras, para concluir a entrega dos produtos, inclusive para reposição de mercadoria faltante no caso de possíveis faltas, avarias, extravios ou irregularidades durante o transporte/entrega.
- 10.2.** Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a empresa vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades aqui previstas neste regulamento.
- 10.3.** O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.
- 10.4.** A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1.** A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:
- I – O Município, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do Art. 104 e 156, incisos I, II, III, IV e §1º ao § 9º da Lei Federal nº 14.133/21, aplicará sanções, se houver descumprimento com o disposto no respectivo regulamento, anexos e/ou com a proposta apresentada.*
- II - Pelo atraso na entrega, além do prazo estipulado, aplicação de multa na razão de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da Nota de Empenho, até 10 (dez) dias consecutivos de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada as penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses*
- III - Entrega em desacordo com o solicitado, não atendimento as impugnações, não correção e/ou reparo, não substituição de material inadequado, será aplicada de multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses*
- IV - Quando da reincidência em imperfeição já notificada pelo Município, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho por reincidência, sendo que a empresa vencedora terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos produtos. Após 3 (três) reincidências e/ou após o prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses*
- § 1º.** Com fundamento no artigo 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Camaquã pelo prazo máximo



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

de 3 (três) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a empresa que:

- a - dar causa à inexecução parcial do objeto deste procedimento que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b - dar causa à inexecução total do objeto deste procedimento;
- c - deixar de entregar a documentação exigida para o procedimento;
- d - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e - não entregar documentação porventura solicitada, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da presente dispensa de licitação sem motivo justificado;

§ 2º. Com fundamento no artigo 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a empresa que:

- a - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para participar deste procedimento ou prestar declaração falsa durante suas fases;
- b - fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução;
- c - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa de licitação;
- e - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 3º. Para os fins da Subcondição "c" do § 2º, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-G, 337-I, 337-J e 337-K do Código Penal.

§ 4º. Na aplicação das penalidades previstas o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da empresa, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe os artigos 156 e 157 da Lei nº. 14.133/21.

§ 5º. As penalidades serão registradas no cadastro da empresa participante, quando for o caso.

§ 6º. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação da empresa, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§ 7º. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 8º. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a(s) outra(s).

§ 9º. Será facultada apresentação de defesa prévia na ocorrência de quaisquer das situações previstas, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. O procedimento encontra-se divulgado no sítio eletrônico do município <https://www.camaqua.atende.net> no caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. Republicar o presente processo com uma nova data;

12.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, privilegiando-se os menores preços, desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.2. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente pregão.

12.3. A presente contratação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.4. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase deste procedimento.

12.5. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes do Foro da cidade de Camaquã - RS, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

12.6. Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h, na Prefeitura Municipal de Camaquã - RS, na Avenida Olavo Moraes, 869 em Camaquã – RS, pelo Fone (51) 3671 – 7237 / (51) 3671 – 7217.

12.7. Fazem parte deste edital:

Anexo I – Modelo Formulário para Apresentação da Proposta de Preço

Anexo II - Modelo Declaração Unificada

Anexo III - Modelo Minuta de Contrato

Anexo IV – Termo de Referência

Camaquã/RS, 05 de novembro de 2025.

ABNER DOS SANTOS DILLMANN
Prefeito de Camaquã

ALINE DA SILVA FLORES
Secretária Municipal da Administração



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

(razão social da empresa)

CNPJ nº _____ com sede na _____
(nº de inscrição)

(endereço completo)

Por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins da Dispensa de Licitação nº 1800/2025, vem apresentar a seguinte proposta de preço:

CÓDIGO PRODUTO	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	VALOR REFERÊNCIA MÉDIA	VALOR TOTAL
20677	1	1	UN	SERVIÇO SONDAGEM DE SOLO	R\$ 10.850,00	R\$ 10.850,00
VALOR TOTAL DOS ITENS						R\$ 10.850,00

Declaro que a referida proposta atende a todos os requisitos exigidos neste regulamento e seus anexos e os valores propostos contemplam todos os custos diretos e indiretos para o cumprimento deste objeto.

Prazo de entrega do produto: _____
Nº da conta corrente: _____
Banco (cód): _____
Agência (cód): _____
Telefone / Fax / E-mail para contatos: _____

Local e Data

Assinatura do responsável pela Empresa



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1800/2025
PROCESSO Nº 186903/2025**

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, que em cumprimento do artigo 14 da Lei 14.133/21 que a nossa empresa não possui nenhum tipo de vínculo com pessoa legalmente investida em cargo público, bem como declaramos que não possui cônjuge ou companheiro ou qualquer vínculo de parentesco colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil com servidor público da administração pública municipal.

4) Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5) Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

6) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº....., Telefone: () E-mail:(para o encaminhamento e assinatura do contrato)

Por ser expressão da verdade, assina o presente.

Cidade, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO.

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1800/2025
PROCESSO Nº 186903/2025
CONTRATO Nº XXX/2025**

O MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ - RS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 88.696.810/0001-75, com sede na Avenida Olavo Moraes - 869, Centro, Camaquã/RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ABNER DOS SANTOS DILLMANN, Brasileiro(a), Casado, empresário, residente e domiciliado em Camaquã, inscrito no CPF sob nº 029.769.080-95 e RG sob o nº 4109809634, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE de um lado, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, cidade de _____, Estado do _____, neste ato representado pelo seu diretor, Sr. (Sra.) _____, brasileiro(a), maior, residente e domiciliado(a) na Rua/Av. _____, nº _____, Município de _____, Estado do _____, portador(a) do CPF nº _____ e Carteira de Identidade nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e contratado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis, celebram entre si o presente Contrato que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto e/ou prestação de serviços Sondagem de solo para realização de projeto de Escola de Educação infantil, em atendimento ao solicitado pela SECRETARIA MUN. DA EDUCAÇÃO E DESPORTO - SMED, o termo de referência é parte integrante deste contrato como anexo I.

1.2. O(a) Gestor(a) do presente contrato será pelo(a) xxxxxxxx. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelo (a) xxxxxxxx, que anotarà, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, notificando o contratado, por escrito, a sanar os problemas em prazo hábil, bem como fará cumprir fielmente as obrigações avençadas, relatando por escrito e sugerindo à autoridade superior a aplicação de sanções, na forma do contrato, sem que isso importe na redução da responsabilidade do Contratado pela boa execução do contrato. Deverá ainda, o fiscal, controlar os prazos de início e de execução do contrato, bem como solicitar a celebração de aditamento, de forma tempestiva, quando for o caso. Na ausência do fiscal, atuará como suplente o(a) xxxxxxxxxxxx. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados;

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DO FORNECIMENTO

2.1. O prazo para o fornecimento/entrega do objeto e/ou para a prestação dos serviços é de até _____ (xxx) dias contados da assinatura do presente contrato.

2.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com previsto no Termo de Referência, no _____ (local da entrega, como por exemplo: na Secretaria de Administração, na escola municipal, na farmácia do Município etc.)

2.3. Aplicam-se ao presente contrato os seguintes prazos (no caso de fornecimento contínuo, deve ser estabelecido o cronograma de entrega e/ou da prestação dos serviços, segundo o regramento desta contratação):

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 – O prazo de vigência do contrato será de _____ meses, tendo como prazo inicial dia ____/____/20____ e prazo final dia ____/____/20____.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

CLÁUSULA QUARTA– DO PREÇO

4.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pelo fornecimento do objeto Sondagem de solo para realização de projeto de Escola de Educação infantil, o valor certo e ajustado de R\$ _____ (____ reais), conforme a proposta vencedora da seleção, ofertada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Camaquã – RS em até 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento definitivo do material e ou da prestação dos serviços pela fiscalização, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

5.2. O pagamento correrá em até 30 dias, contados da apresentação da nota fiscal. Se o término desse prazo coincidir com dia útil, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediatamente posterior.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECURSO FINANCEIRO

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da rubrica orçamentária especificada na Solicitação e Indicação de Recursos para a Dispensa de Licitação, através da rubrica _____.

CLÁUSULA SÉTIMA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7. São obrigações da CONTRATANTE:

7.1. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente contrato;

7.2. Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

7.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto e/ou prestação dos serviços não observar a forma estipulada em regulamento e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

7.4. Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8. São obrigações da CONTRATADA:

8.1. Fornecer ou prestar os referidos serviços de acordo com as especificações, quantidade e prazos do respectivo procedimento e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;

8.2. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

8.3. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para participar do procedimento.

8.4. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

8.5. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços; em caso de prestação de serviços

8.6. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

8.7. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

8.8. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista no regulamento e no presente contrato.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. O objeto do presente contrato será recebido:

9.1.1. Provisoriamente, no ato da entrega do objeto contratado, para posterior verificação de sua conformidade com o solicitado no respectivo regulamento;

9.1.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade, características e quantidade dos bens, por intermédio de vistoria ou conferência completa e total dos equipamentos, executada pelo Município e consequente aceitação, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados após o recebimento provisório.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS PENALIDADES

10.1. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I – O Município, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do Art. 104 e 156, incisos I, II, III, IV e §1º ao § 9º da Lei Federal nº 14.133/21, aplicará sanções, se houver descumprimento com o disposto no respectivo regulamento, anexos e/ou com a proposta apresentada.

II - Pelo atraso na entrega, além do prazo estipulado, aplicação de multa na razão de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da Nota de Empenho, até 10 (dez) dias consecutivos de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada as penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

III - Entrega em desacordo com o solicitado, não atendimento as impugnações, não correção e/ou reparo, não substituição de material inadequado, será aplicada de multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

IV - Quando da reincidência em imperfeição já notificada pelo Município, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho por reincidência, sendo que a empresa vencedora terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos produtos. Após 3 (três) reincidências e/ou após o prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

§ 1º. Com fundamento no artigo 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Camaquã pelo prazo máximo de 3 (três) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a empresa que:

a - dar causa à inexecução parcial do objeto deste procedimento que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b - dar causa à inexecução total do objeto deste procedimento;

c - deixar de entregar a documentação exigida para o procedimento;

d - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e - não entregar documentação porventura solicitada, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da presente dispensa de licitação sem motivo justificado;

§ 2º. Com fundamento no artigo 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a empresa que:

a - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para participar deste procedimento ou prestar declaração falsa durante suas fases;

b - fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução;

c - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa de licitação;

e - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

§ 3º. Para os fins da Subcondição “c” do § 2º, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-G, 337-I, 337-J e 337-K do Código Penal.

§ 4º. Na aplicação das penalidades previstas o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da empresa, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe os artigos 156 e 157 da Lei nº. 14.133/21.

§ 5º. As penalidades serão registradas no cadastro da empresa participante, quando for o caso.

§ 6º. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação da empresa, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§ 7º. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 8º. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a(s) outra(s).

§ 9º. Será facultada apresentação de defesa prévia na ocorrência de quaisquer das situações previstas, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

11.1. A extinção do contrato poderá ser:

11.1.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

11.1.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS

12.1. As situações omissas ou não previstas serão resolvidas de acordo com a lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Camaquã para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente contrato por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem certos e ajustados as partes ratificam o presente instrumento, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

_____ (local), ____ (dia), de _____ (mês) de 20__.

Prefeito Municipal

Representante da CONTRATADA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO IV
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Natureza do Objeto

Contratação de empresa para realização de serviço técnico de sondagem de solo tipo SPT (Standard Penetration Test), incluindo perfuração, ensaios de resistência, coleta de amostras, determinação do nível do lençol freático e elaboração de relatório geotécnico com respectiva ART.

1.1.1 Finalidade

Os serviços destinam-se a subsidiar a elaboração do projeto estrutural e de fundações da nova Escola de Educação Infantil do Município de Camaquã/RS, constituindo etapa técnica preparatória indispensável à segurança e viabilidade da futura obra pública.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Fundamentação

A contratação enquadra-se no **art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021**, por se tratar de serviço de engenharia cujo valor estimado é inferior ao limite legal vigente para dispensa de licitação, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

2.2 Descrição da Necessidade

O serviço é necessário para a obtenção dos parâmetros geotécnicos do terreno onde será implantada a nova Escola de Educação Infantil, permitindo à equipe de engenharia definir o tipo de fundação mais adequado e seguro. A ausência dessa etapa inviabilizaria o projeto estrutural e comprometeria o cronograma da obra, razão pela qual a contratação se faz urgente e essencial ao interesse público.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A execução deverá observar as normas ABNT NBR 6484/2020 (Sondagens de Simples Reconhecimento com SPT) e NBR 9603/2015 (Apresentação de Relatórios de Sondagem).

3.2 A empresa contratada deverá possuir responsável técnico habilitado, com ART registrada no CREA, e dispor de equipe e equipamentos adequados à execução dos serviços.

3.3 O escopo compreende perfuração, ensaio SPT, coleta de amostras, medição do lençol freático e elaboração de relatório técnico geotécnico, devendo ser garantidas condições de segurança do trabalho e manejo ambiental adequado durante toda a execução.

4 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1 O valor estimado foi obtido a partir da **média aritmética das três propostas válidas** apresentadas por empresas do mesmo segmento, resultando em **R\$ 10.850,00 (dez mil oitocentos e cinquenta reais)**.

CÓDIGO PRODUTO	ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	VALOR REFERENCIA	TOTAL
20677	1	1	Unidade	SERVIÇO SONDAAGEM DE SOLO	R\$ 10.850,00	R\$ 10.850,00

5 – PRAZOS, LOCAIS, FORMA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

5.1 O serviço será executado no terreno destinado à construção da nova Escola de Educação Infantil, no Município de Camaquã/RS, conforme indicação da Secretaria Municipal da Educação e Desporto.

5.2 O prazo máximo para execução será de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, e o prazo para entrega do relatório técnico final será de até 3 (três) dias úteis após a conclusão dos furos.

5.3 O recebimento provisório ocorrerá com a entrega do relatório técnico e conferência pela fiscalização; o recebimento definitivo dar-se-á após validação pela equipe de engenharia, mediante aceite formal do laudo e da ART.

6 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 331 – Sub dotação 33390390500000000000 – Serviços Técnicos

Secretaria Municipal da Administração e Planejamento – Setor de Licitações
Avenida Olavo Moraes - 869 - Centro - Cep 96780900 - Camaquã/RS
Fone: (51) 3671-7200
E-mail: licitacoes@smecam.com.br





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

Profissionais.

7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1 O(A) Gestor(a) do presente contrato será a **Sra. Ana Carmelita da Silva Martins**, Matrícula **781011**, Secretária da Educação e Desporto. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pela **Sra. Leticia Bilhalva Gianichini**, Matrícula **66656**, Engenheira Civil, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, notificando o contratado, por escrito, para sanar os problemas em

prazo hábil, bem como fará cumprir fielmente as obrigações avençadas, relatando por escrito e sugerindo à autoridade superior a aplicação de sanções, na forma do contrato, sem que isso importe na redução da responsabilidade do Contratante pela boa execução do contrato. Deverá ainda, a fiscal, controlar os prazos de início e de execução do contrato, bem como solicitar a celebração de aditamento, de forma tempestiva, quando for o caso. Na ausência da fiscal, atuará como suplente a **Sra. Monica Bender**, Matrícula **28274**, Engenheira Civil.

7.2 A fiscalização será exercida no interesse da Prefeitura Municipal de Camaquã – RS e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

7.3 A contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto, se em desacordo com o contrato.

7.4 Quaisquer exigências da Fiscalização do Contrato inerentes ao objeto deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

7.5 A Contratada responde, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Administração e/ou terceiros por seus empregados, dolosa ou culposamente, e deve comunicar imediatamente, por escrito, à Contratante, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional.

7.6 Em caso de não conformidade, a Contratada será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas, para adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 119 da Lei nº 14.133/21, no que couber.

8. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

8.1 O recebimento provisório ocorrerá com a entrega do relatório técnico e laudo geotécnico, conferidos pela fiscalização quanto à conformidade com as especificações técnicas e ART.

8.2 O recebimento definitivo será realizado após validação formal do conteúdo técnico, incluindo verificação da integridade dos dados e da aderência ao escopo contratado.

8.3 O objeto poderá ser rejeitado total ou parcialmente caso apresente inconformidades, obrigando a Contratada a corrigir os pontos indicados sem ônus para a Administração.

8.4 Todos os registros de recebimento, provisório ou definitivo, serão documentados e assinados pelo fiscal e gestor do contrato.

9. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Camaquã – RS, até o 30º (trigésimo) dia após a data do recebimento definitivo do material ou da verificação dos serviços prestados pela fiscalização, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

9.2. Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária serão realizados desde que a contratada efetue cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

9.3. Caso a CONTRATADA não seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei nº 123/2006 serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, conforme previsto na legislação vigente.

9.4. Deverão ser observadas a Instrução normativa 2185/2024 e a Instrução normativa 2145/2023, que versam sobre INSS e IRRF, respectivamente, quando da emissão das notas fiscais, pois elas serão devolvidas para retificação caso não atendam à legislação tributária.

10 – A BUSCA POR PROPOSTAS ADICIONAIS MAIS VANTAJOSAS

10.1 Antes da contratação, a Administração realizou pesquisa de mercado com três fornecedores especializados do mesmo segmento, todos atendendo às normas técnicas ABNT NBR 6484/2020 e NBR 9603/2015, a fim de identificar propostas compatíveis com o objeto.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

10.2 As propostas analisadas apresentaram valores e prazos distintos, mas equivalência técnica, garantindo a razoabilidade de mercado e subsidiando a escolha da proposta mais vantajosa.

10.3 A pesquisa teve como objetivo assegurar que a contratação direta seja econômica, eficiente e em conformidade com a legislação vigente, permitindo à Administração optar pelo fornecedor que ofereça o melhor custo-benefício.

11 – SELEÇÃO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA:

11.1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais, e, para sociedade por ações, documentos de eleição dos administradores;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) atualizado;
- d) Decreto de autorização ou ato de registro, quando se tratar de empresa estrangeira em funcionamento no País, caso a atividade assim o exija.

11.1.2 – REGULARIDADE FISCAL:

- a) Certidão de regularidade junto à Fazenda Federal;
- b) Certidão de regularidade junto à Fazenda Estadual do domicílio ou sede;
- c) Certidão de regularidade junto à Fazenda Municipal do domicílio ou sede;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

11.1.3 – REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitido pelo Tribunal Superior do Trabalho, disponível no site www.tst.jus.br, de Pessoa Jurídica.

11.1.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial da sede da proponente;

11.1.5 – DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- a) Declaração Unificada;

11.1.6. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestados de Capacidade Técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando experiência prévia na execução de serviços de compatíveis com metodologia exigida no objeto deste TR.

12. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

12.1 Obriga-se a empresa vencedora/contratada:

12.1.1 Executar a sondagem de solo tipo SPT conforme especificações técnicas deste Termo de Referência, garantindo a correta perfuração dos 7 furos, coleta de amostras e medição do lençol freático, assumindo responsabilidade por eventuais falhas ou inconformidades técnicas.

12.1.2 Elaborar e entregar relatórios e laudos geotécnicos completos, incluindo ART do responsável técnico, dentro do prazo estabelecido.

12.1.3 Prestar esclarecimentos sempre que solicitado pela Secretaria Municipal da Educação e Desporto, atendendo prontamente notificações ou reclamações, bem como comunicar imediatamente qualquer anormalidade identificada durante a execução do contrato.

12.1.4 Cumprir todas as normas de **segurança do trabalho** aplicáveis à execução da sondagem, incluindo uso de EPI, PCMSO e PGR, bem como adotar práticas de sustentabilidade e destinação adequada de resíduos.

12.1.5 Assumir integralmente todas as despesas relacionadas à execução do serviço, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, transporte de equipamentos e outros custos necessários à perfeita execução do objeto.

12.1.6 Corrigir imediatamente quaisquer irregularidades apontadas pela fiscalização durante a execução, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

12.1.7 Não subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato sem prévia autorização da Administração.

12.2. Obriga-se a Administração/Contratante:

12.2.1 Comunicar à Contratadas quaisquer ocorrências relacionadas ao serviço contratado.

12.2.2 Efetuar o pagamento da Contratada conforme as condições estipuladas no TR e no contrato.

12.2.3 Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do serviço, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, registrando ocorrências e solicitando medidas corretivas quando necessário.

12.2.4 Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados fora das especificações técnicas do contrato.

12.2.5 Garantir que durante a vigência do contrato sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.2.6 Aplicar sanções administrativas, quando for necessário.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

12.2.7 Fornecer informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada, facilitando a correta execução do serviço.

13. INSTRUMENTO CONTRATUAL

(X) Somente por assinatura de contrato/ata de registro

14. VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é de **03 meses** contados da assinatura do contrato em conformidade com os artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

Camaquã 31 de outubro de 2025.


MARCUS VINICIUS NUNES
BIONDI
31/10/2025 10:53:21
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Marcus Vinicius Nunes Biondi
responsável pela elaboração


ANA CARMELITA DA SILVA
MARTINS
31/10/2025 11:03:12
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Ana Carmelita da Silva
Martins Secretaria Municipal da
Educação e Desporto